



Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural
Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL BEIJA-FLOR

**“Oferecer novas alternativas para o
jovem agricultor e pescador, com a
implantação de programas que
propiciem a sua formação e
qualificação”**

Dezembro/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNADOR DO ESTADO - Luis Henrique da Silveira
VICE-GOVERNADOR - Eduardo Pinho Moreira
SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL - Moacir Sepelso
SECRETÁRIO ADJUNTO DA AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL - Renato Broetto
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO INSTITUTO CEPA/SC - Ademar Paulo Simom

ELABORAÇÃO

Antonio Marcos Feliciano - Sociólogo
Renato Broetto - Secretário Adjunto

COLABORAÇÃO

Daniilo Pereira
Renato Deggau
Ilmar Borchardt
Antonio Paulo Povoas Dias
Airton Spies

REVISÃO E EDITORAÇÃO

Joares A. Segalín - Revisão Linguística
Sídaura Lessa Graciosa - Edição
Zélia Alves Silvestrini - Edição

CAPA E PROJETO GRÁFICO

NGD - Núcleo de Gestão de Design - UFSC

FELICIANO, Antônio M.; BROETTO, Renato. Programa de
inclusão digital - Beija-flor. Florianópolis: Instituto Cepa/SC/
SPR, 2004. 61p.

1. Inclusão digital. 2. Telecentros. 3. Sociedade do
conhecimento. 4. Política pública.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - 88.034-001 - Florianópolis/SC
CP 1587 - Tel. (048) 239.3900 - Fax (048) 334-2311
www.icepa.com.br - email - icepa@icepa.com.br

APRESENTAÇÃO

O Programa de Inclusão Digital - Beija-Flor visa contribuir para promover a inclusão digital de uma parcela significativa da população de Santa Catarina, que está à margem da inovação tecnológica proporcionada pela informática. O público-alvo do projeto são os agricultores e pescadores e suas famílias, principalmente os jovens, que, sem acesso aos recursos da informática disponíveis nos centros urbanos, encontram pouca motivação para permanecer no campo e nas comunidades pesqueiras. Com uma população de 5,3 milhões de habitantes, Santa Catarina conta com 20% desse contingente no meio rural, constituindo pequenas empresas rurais geradoras de produção e de emprego para 1,15 milhão de pessoas, 350 mil dos quais são crianças e jovens. Os jovens, em particular reclamam por oportunidades para construir um conhecimento que contribua para a sua formação intelectual e profissional, que lhes permita gerir com competência e qualidade seus empreendimentos. O acesso às informações pela Internet e o uso de programas de computador que auxiliem na gestão dos empreendimentos desses agricultores e pescadores irá contribuir significativamente para melhorar a renda e a qualidade de vida dessas pessoas.

Sendo assim, o Programa Beija-Flor, por intermédio de todas as instituições e comunidades envolvidas e sobretudo, através de ações de cunho social, proporciona e incentiva o exercício da cidadania através do acesso ao conhecimento.

Ademar Paulo Simon
Secretário Executivo do Instituto Cepa/SC

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2 Telecentros Comunitários	13
3. Para que serve um Telecentro?	15
4. Princípios Básicos para Telecentros	18
5. Objetivos	22
5.1 Objetivo geral	22
5.2 Objetivos específicos	23
6 Produto ou serviço que será disponibilizado ao público-alvo ..	26
7 Critérios para Implementação de Telecentros	29
8 Acompanhamento e Avaliação do Projeto	31
9. Infra-estrutura para Telecentros Comunitários	33
10. Contribuição do Governo do Estado na solução do problema	35
11. Público beneficiado	36
12. Metas para o Estado	37
13. Necessidade de recursos financeiros	38
14. Justificativa política	40
15. Organização e suporte de ações das instituições do poder estatal estadual	42
16. Organização e suporte das ações das demais instituições parceiras	48
17. Outras instituições	52
18. Conselho gestor	54
19. Informações sobre o projeto e demais ações da SAR	55
20. Considerações finais	58
21. Literatura consultada	60

VERSO SUMÁRIO - FOLHA EM
BRANCO

1 INTRODUÇÃO

O analfabetismo digital a que estão submetidos atualmente as famílias brasileiras, especificamente as do meio rural, é um importante fator de exclusão social. A inclusão digital dos cidadãos menos favorecidos, como agricultores e pescadores, possibilita a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social, à medida que proporciona a estas pessoas o acesso ao conhecimento necessário para ampliar as oportunidades de empregabilidade e, portanto, de renda.

Segundo Castells (2003), “desenvolvimento sem a internet seria o equivalente à industrialização sem eletricidade na era industrial. É por isso que a

declaração freqüentemente ouvida sobre a necessidade de se começar com os problemas reais do Terceiro Mundo, designando com isso saúde, educação, água, eletricidade, dentre outros; antes de chegar à Internet, revela uma profunda incompreensão das questões atuais relativas ao desenvolvimento. Porque, sem uma economia e um sistema de administração baseados na Internet, qualquer país tem pouca chance de gerar os recursos necessários para cobrir suas necessidade de desenvolvimento, num terreno sustentável...” Castells (2001).

Os números mundiais de acesso à Internet surpreendem pela magnitude, seja pelo imenso número de usuários conectados, seja pelo expressivo percentual da população mundial que não tem acesso a ela.

No mundo, estima-se que 305 milhões de pessoas estejam conectadas à rede. Isto representa apenas 5% da população mundial; deste percentual de internautas, os norte-americanos alcançam 44,9%, sendo o restante dividido entre Europa (27,4%), Ásia (22,6%), América Latina (3,5%) e o continente africano, responsável por apenas 0,6% dos internautas mundiais.

Em se tratando de Brasil, em 2000, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicava que apenas 10,6% dos domicílios brasileiros tinham computador. Além disso, em maio daquele mesmo

ano, a população de usuários da internet no Brasil era estimada em 13,6 milhões de pessoas, ou seja, 7,74% da população nacional. Ainda com relação ao Brasil, naquele momento, 13% da população tinha acesso a computadores no trabalho, na escola, em casa, ou em outro local.

Em 2002, os números disponibilizados pelo IBGE, mostravam que havia cerca de 14 milhões de usuários da Internet, ou 8,2% da população brasileira. Este dado mostra que o nosso País permanece abaixo da média mundial, que é 9,6% da população. Em termos de América do Sul, utilizando o critério da proporcionalidade da população de um país com acesso à grande rede, o Brasil fica atrás do Chile (20%) e da Argentina (10,4%). Em documento publicado em novembro de 2003, a União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), mostra que o Brasil aparece em 65º posição no ranking dos países que mais acessam a Internet. O mesmo material aponta a Argentina em 54º e o Uruguai, em 51º. Conforme diversos autores, vários são os entraves para um uso massivo da internet no Brasil. Dentre eles, a inadequada distribuição de infra-estrutura de telecomunicações; o elevado custo para a manutenção de provedores de acesso; a ausência de política pública de inclusão digital, bem como a fragilidade econômica de boa parte da população brasileira.

Conforme Silveira (2001), no ano de 2000, o Brasil tinha apenas entre 10 e 20 usuários de informática por 1.000 habitantes, número considerado abaixo dos padrões mundiais. No mapeamento do acesso à Internet, a Região Sudeste concentrava 58% dos provedores brasileiros, o que indica, segundo o autor, um estreito relacionamento entre acesso, setor produtivo e setor financeiro. Cabe ressaltar que, se somados os provedores da Região Sul, este dado sobe para 76%.

Agregue-se ao presente dado o fato de que em 2002 96% dos internautas brasileiros pertenciam às classes A e B, indicando um imenso processo de exclusão digital das classes mais pobres da população.

Em 2004, o IBGE, pelos dados levantados nos domicílios urbanos, corrobora com números a ineficiência ou inexistência de uma política pública que envolva o uso de microcomputadores e acesso à Internet. Desses domicílios, 16,3% possuem computador, 12% com acesso à Internet e 60,2% com telefone fixo. Os dados relativos ao estado catarinense são os seguintes: 21% dos domicílios possuem computador: 14,5% com acesso à internet e 70,6% providos de telefone fixo.

No Brasil, iniciativas de projetos de inclusão digital estão amadurecendo. Projetos originados da associação entre empresas privadas e o terceiro setor, além de

alguns bem-sucedidos projetos desenvolvidos por instituições públicas. Dentre outros, cabe ressaltar os projetos das prefeituras municipais de São Paulo, Porto Alegre, das Ongs CDI e Ritz, de empresas privadas como Bradesco, Sadia, Eso, HP, IBM, Microsoft, e muitas outras instituições que vêm executando ações nesse rumo. Uma política pública mais agressiva para o setor, que contemple as várias regiões do País, ainda não se tornou realidade.

Em Santa Catarina, inúmeras ações estão sendo desenvolvidas para melhorar a qualidade de vida de nossos cidadãos. Na área agrícola, dentre as diversas ações já implementadas, há a necessidade de se levar aos pequenos produtores rurais meios para inseri-los na era do conhecimento e permitir-lhes acesso a novas ferramentas de tecnologias de informação. O Projeto Beija-Flor, que consiste numa política pública de inclusão digital, é o instrumento catarinense para reverter os dados de pouco acesso dos catarinenses, sobretudo os do meio rural. O conceito desse projeto está baseado em experiências consagradas, já em desenvolvimento no Brasil. Os telecentros rurais - centros de acesso ao conhecimento, espaços de democratização da informática e cidadania, ou mesmo Centros de Inclusão Digital - são locais públicos e de fácil acesso, onde são disponibilizados serviços de acesso a microcomputadores e à Internet, se ministra capacitação na área de informática, se propiciam

atividades culturais, dentre outras, que fortaleçam a cidadania.

O Projeto Beija-Flor pretende garantir aos cidadãos, sobretudo aos residentes no meio rural e pesqueiro, acesso gratuito não somente ao ambiente onde estarão concentrados equipamentos de informática, mas a um espaço onde a cultura, a informação, a educação, o espírito coletivo, enfim, estarão sendo repassados com o intuito de fortalecer a cidadania.

Por fim, a ênfase do projeto é de formar parceiros, de qualquer esfera de poder e ramo de atividade, para que, em conjunto com a sociedade local, se definam as atividades a desenvolver.

2 TELECENTROS COMUNITÁRIOS

Os telecentros são um instrumento poderoso para apoiar o desenvolvimento local através do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e o fortalecimento da inclusão digital.

Os telecentros comunitários são iniciativas que utilizam tecnologias digitais como instrumento para o desenvolvimento humano em uma comunidade. Sua ênfase reside no uso e na apropriação das ferramentas tecnológicas em função de um projeto de transformação social para melhorar as condições de vida das pessoas.

A tecnologia e a conectividade são importantes, mas não suficientes para o bom andamento dos telecentros comunitários e a continuidade de seus objetivos de desenvolvimento. Os telecentros capacitam facilitadores e promotores, não só em aspectos técnicos de informação e comunicação, mas também em usos estratégicos das tecnologias digitais para a mudança social.

Os telecentros comunitários são locais de encontro e intercâmbio, espaços de aprendizagem, crescimento pessoal e mobilização para resolver problemas e necessidades da comunidade.

3

PARA QUE SERVE UM TELECENTRO?

Os telecentros comunitários contribuem para o desenvolvimento humano em diversas áreas, como apresentado abaixo, incluindo socialmente seus usuários, possibilitando-lhes o exercício pleno da cidadania.

Emprego e Empreendimentos Locais: Fortalece habilidades e conhecimentos que podem abrir novas oportunidades de emprego ou geração de renda, e ajudam a consolidar as microempresas locais, melhorando sua gestão, capacidade de negociação, acesso à informação, compras e publicidade.

Saúde: Facilita o acesso à informação sobre doenças, tratamentos, medicamentos, medicina preventiva e alternativa, higiene e educação sexual.

Educação: Apóia as atividades escolares e contribui para a educação não-formal nas comunidades, especialmente com crianças e jovens.

Fortalecimento da Auto-Estima: Ajuda a reconhecer as próprias capacidades, a visualizar um futuro melhor, a desenvolver a criatividade e a fortalecer o espírito coletivo.

Organização Comunitária: Propicia a construção de novas formas de organização, fortalecendo as capacidades individuais e coletivas, promovendo novos líderes e ajudando a solucionar problemas e necessidades concretas da comunidade.

Planejamento Espacial: Apóia a organização comunitária no planejamento e execução de projetos habitacionais, a prevenção e diminuição de desastres naturais, melhoramento de serviços públicos e espaços comuns.

Fortalecimento de Grupos Marginalizados: Oferece instrumentos que podem fortalecer e ajudar a defender as vozes dos grupos indígenas, os grupos de mulheres, trabalhadores rurais, jovens e outros setores sociais.

Descentralização e Incidência Política: Dinamiza a participação comunitária e a informação para a ação política, facilita a comunicação com governos locais, fortalece a descentralização administrativa e agiliza trâmites burocráticos.

Informação e Conhecimento: Oferece o acesso a novas e diversificadas fontes de conhecimento e informação e permite a expressão de uma visão própria; fortalece o intercâmbio de experiências e a colaboração com grupos e redes em nível nacional e internacional, além de facilitar a comunicação com pessoas afastadas de seu lugar de origem (migrantes e outras).

Comunicação e Cultura: Facilita a criação de diferentes formas de expressão artística e cultural, com a combinação de diferentes tecnologias de comunicação úteis à comunidade: vídeo, rádio, meios impressos (jornais, revistas), internet, programas de animação e outros.

4

PRINCÍPIOS BÁSICOS
PARA TELECENTROS

Descrevem-se abaixo, alguns princípios básicos para a operação de um telecentro comunitário.

4.1 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Em geral, a maioria dos telecentros é uma iniciativa que vem de fora da comunidade. Entretanto, a participação é o elemento mais importante para seu sucesso e sustentabilidade. Promover a participação da comunidade na implantação, montagem e melhora contínua do telecentro é um processo lento, mas

decisivo para que a comunidade se apodere do telecentro comunitário e com ele se comprometa.

Por esta razão, não surpreende encontrar telecentros comunitários que nem sequer têm boa conectividade: telecentros sem “tele”. Eles até podem ter a vantagem de contar com mais tempo para aprofundar a relação do projeto com a comunidade, introduzindo a Internet de forma mais gradual; entretanto, pecam pela ausência de um canal de comunicação com o ambiente externo, no caso da comunidade, com o mundo.

4.2 CONSOLIDAÇÃO DE UMA VISÃO SOCIAL

Mais que um assunto de conectividade, os telecentros oferecem uma oportunidade de acesso, uso e apropriação de tecnologias digitais para solucionar problemas e contribuir para o desenvolvimento humano integral. O ponto de partida não é a instalação de equipamentos e conexões, mas a organização comunitária para solucionar seus problemas específicos, que podem mudar de um contexto a outro.

A melhor maneira de ancorar os telecentros numa visão social é planejá-los e instalá-los de modo que se integrem a outros espaços e atividades comunitárias. Estas atividades podem ser rádios comunitárias,

bibliotecas públicas, centros e grupos culturais, organizações comunitárias e escolas, entre outras.

4.3 GESTÃO E UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS

A gestão de um telecentro comunitário responde à missão social e suas atividades e faz uso dos instrumentos técnicos que sejam mais apropriados para ajudar a resolver os problemas.

Hoje é possível montar e operar eficazmente um telecentro com equipamentos básicos de comunicação, sobretudo microcomputadores com poucos recursos de processamento, e desempenho aquém dos equipamentos top de linha, utilizando programas que operam inteiramente com software livre. Estes programas de computador têm código aberto e sem custo de licença, como os sistemas baseados em GNU/Linux, em lugar de sistemas e programas comerciais com custos de licença para uso (o software proprietário). Além desses recursos, existem outras tecnologias, sobretudo baseadas em redes de microcomputadores, que também utilizam estações de trabalho com recursos tecnológicos menos avançados, que também oferecem uma boa relação custo x benefício.

4.4 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PERMANENTE

O calcanhar-de-aquiles dos telecentros, como o de muitas outras experiências de comunicação popular e comunitária, é a capacitação de operadores e usuários para tirar o melhor proveito das tecnologias disponíveis. Sem capacitação, o telecentro comunitário morre pela inércia de operadores que não conseguem ajudar os usuários, ou são incapazes de tirar o máximo da tecnologia disponível.

Freqüentemente, os *cibercafés* oferecem capacitação básica aos clientes para usar o correio, a navegação *Web* ou as salas virtuais de bate-papo (*chat*), com o fim de assegurar o seu retorno como consumidores. Nos telecentros comunitários, a capacitação vai muito além, incentivando que os usuários possam entender de que maneira as tecnologias digitais podem solucionar os seus problemas e contribuir para o seu desenvolvimento humano integral.

5

OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Gerar para agricultores e pescadores, especialmente os jovens, oportunidades de acesso ao uso do computador e da tecnologia da informação (via Internet) para ampliar possibilidades de trabalho, renda e qualidade de vida, formando núcleos nas comunidades rurais e pesqueiras para a capacitação profissional em informatização.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reduzir a desigualdade de acesso à tecnologia da informação das populações do meio rural e pesqueiro.
- Combater o analfabetismo e a exclusão digital, promovendo a inclusão social.
- Possibilitar o acesso das pessoas menos favorecidas do meio rural e pesqueiro à rede mundial de computadores, através da Internet.
- Melhorar a qualidade de vida, aumentando assim a atratividade do meio rural como local de permanência das pessoas, principalmente dos jovens.
- Diminuir os índices de exclusão digital e social.
- Re-qualificar o espaço rural e sua força de trabalho, proporcionando maior competitividade ao capital humano usuário do projeto.
- Incentivar a participação popular, através dos conselhos gestores de telecentros.
- Oportunizar maior agregação de valor com o uso da tecnologia e acesso ao conhecimento e à informação.
- Garantir a qualificação permanente da mão-de-obra no processo de formação de uma nova geração de agricultores, oferecendo condições para gerenciar eficientemente o próprio negócio.

- Garantir a universalização da educação e o acesso à informação.
- Oportunizar ao jovem rural, por meio de equipamentos e programas de informática, o acesso a informações universais disponíveis para a construção do conhecimento intelectual e profissional.
- Gerar conteúdo e informações que possam ser utilizados para melhorar o processo de aprendizagem, oferecendo-lhes novos horizontes de atuação.
- Disponibilizar programas (softwares) de gestão de propriedades agrícolas (Contagri, Planagri, Multiagri, Crediagri e Embrapa-Agrolivre).
- Disponibilizar informações governamentais, dados mercadológicos, climáticos e outras informações capazes de auxiliar na melhoria do desempenho técnico-gerencial da pequena propriedade rural.
- Ensinar o agricultor a utilizar a informática, seus sistemas, e converter isto em ganho, inserindo-o na sociedade do conhecimento.
- Incentivar a criação de redes de usuários que permitam a troca de experiências entre as diversas comunidades e grupos de agricultores.
- Prover as pequenas cidades com instrumentos tecnológicos de acesso e disseminação de informações já existentes no meio urbano, aproximando esses ambientes.

- Promover e incentivar a criação da rede virtual da agricultura familiar.
- Facilitar a aproximação do usuário às políticas públicas, disponibilizando canais de comunicação entre o cidadão e as instituições públicas.

6

PRODUTO OU SERVIÇO
QUE SERÁ
DISPONIBILIZADO AO
PÚBLICO -ALVO

O projeto capacitará os usuários nas mais variadas áreas, da informática à contabilidade doméstica e empresarial, passando pela culinária. Neste sentido, as modalidades de cursos serão discutidas com a comunidade local, mesmo que sejam indicadas por ela, com o objetivo tornar utilizável o que se propõe. Abaixo são listados os módulos de cursos e áreas de capacitação:

- curso de introdução à informática, edição de textos, planilhas eletrônicas e aplicativos de internet;

- utilização da internet no agronegócio;
- gestão de pequenas propriedades com uso da informática;
- acesso a serviços governamentais;
- capacitação em montagem, manutenção e configuração de Hardware.

Gestão de Telecentro

- Significado da existência do telecentro para a comunidade: crescimento pessoal, profissional e comunitário, treinamentos, serviços e-gov, etc.
- Normas de funcionamento.
- Funções de cada participante (Conselho gestor, assistente pedagógico, coordenador, monitor, usuário).
- Segurança dos equipamentos, dos dados e do material.
- Administração do espaço.

Além disso, nos telecentros serão desenvolvidas outras atividades sugeridas pela comunidade, como:

Oficinas culturais

- Estabelecimento de parceria visando a facilitar a inserção de usuários do projeto no mercado de trabalho.
- Promoção de cursos da área de atuação das instituições públicas (Saúde, Educação, Turismo, Epagri, Cidasc, Icepa, dentre outras), no espaço do projeto.

Outras capacitações

Eventos de capacitação promovidos e executados por instituições governamentais ou de interesse comunitário.

7 CRITÉRIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TELECENTROS

Por se tratar de um projeto de implementação complexa, seja em função dos custos, seja do nível de integração que deve haver entre todos os envolvidos - gestores, executores, beneficiários -, é imperioso estabelecer critérios. O projeto selecionará os municípios de mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH varia de 0 (zero, equivalente a nenhum desenvolvimento humano) a 1 (um, ou desenvolvimento humano total), desde que haja condições mínimas para conectividade, ou seja, acesso à Internet.

Outro critério será o da implementação do projeto onde os parceiros oferecem condições totais para funcionamento do telecentro.

A implementação do projeto requer a criação de um comitê gestor local, representado por entidades da sociedade civil local e por representantes das demais instituições participantes/parceiras do projeto.

Por tratar a Inclusão Digital como um processo, a estratégia inicial é implementar unidades do projeto onde não há problemas de conectividade, tendo em vista, que os custos com conexão de internet, em locais mais isolados são elevados.



8 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO

Esta fase do projeto será executada pelo Instituto Cepa/SC, que receberá os dados dos coordenadores de cada telecentro e os submeterá ao sistema de acompanhamento e avaliação do projeto. Dentre as variáveis a serem analisadas, arrolamos :

- número de pessoas treinadas;
- número de cursos realizados;
- número de horas/aula oferecidas;
- número de monitores engajados;

- número de entidades comunitárias representadas no comitê gestor;
- número de usuários ocasionais dos computadores e da internet.

9 INFRA-ESTRUTURA PARA TELECENTROS COMUNITÁRIOS

Para o funcionamento adequado de um telecentro, há necessidade de infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades diárias.

O Projeto Beija-Flor encara como infra-estrutura todo recurso material a ser utilizado nas atividades pelos usuários dos telecentros. Neste sentido, são arrolados alguns itens que devem ser observados no momento da implementação do projeto.

Acesso à internet

- Todo microcomputador deverá ter conexão com a Internet.
- Estrutura predial adequada para o bom funcionamento do telecentro.
- O prédio deverá ser seguro, para os usuários e para os equipamentos.
- Ter água, energia elétrica, banheiros.
- Ter boa luminosidade natural.
- Ter mobiliário em condições de uso;
- Dispor de microcomputadores.

- O ideal é que no telecentro haja no mínimo 5 e no máximo 20 microcomputadores.
- É também necessário que haja 1 impressora.

Além desses itens, no telecentro deverá haver material de consumo (papel, disquetes, cartucho de tinta ou fita para impressora, lousa branca com canetas).

10

CONTRIBUIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO NA SOLUÇÃO DO PROBLEMA

Disponibilizar estrutura de acesso à informação em todos os municípios, em parceria com empresas públicas, privadas e sociedade civil.

Criar instrumentos para facilitar a inclusão digital e a continuidade do acesso.

Contribuir para facilitar o acesso a softwares e à capacitação de parte do público beneficiário.

11

PÚBLICO BENEFICIADO

Todos os cidadãos residentes nas proximidades do projeto, considerando como critério de prioridade o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), já especificado. Os municípios com menor IDH terão preferência para a implantação dos telecentros.

12 METAS PARA O ESTADO

Nº	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	UNIDADE	2004	2005	2006
1	Levantamento da atual situação de acesso aos recursos de informática.	SAR/EPAGRI/SDR	Levantamento	01	-	-
2	Estabelecer parcerias Público/Privada e terceiro setor.	SAR	Unidade	19	45	46
3	Implementação de telecentros	SAR	Unidade	19	45	46
4	Capacitação de monitores	SAR/Parceiros	Unidade	57	135	138
5	Capacitação de usuários	Telecentro	Unidade	9.600	31.400	43.600
6	Usuário de acesso à informação	Telecentro	Unidade	10.200	33.720	49.580

13

NECESSIDADE DE
RECURSOS
FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários para investimento em equipamentos de informática (computadores e periféricos), em despesas de custeio para capacitação de pessoas e na manutenção dos 110 telecentros ligados à internet, no período de três anos (2004 a 2006), são de R\$ 1.111.000,00 (um milhão, cento e onze mil reais).

CUSTO DOS INVESTIMENTOS E CUSTEIO PREVISTOS PARA O PROJETO ,POR ANO -2004 A 2006

(em R\$).

Nº	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	UNIDADE	2004	2005	2006
1	Levantamento da atual situação de acesso à informática.	SAR/EPAGRI/SDR	Levantamento	15.000	19.000	23.000
2	Instalação de telecentros	SAR	Aquisição de computadores	-	240.000	350.000
3	Capacitação de monitores	SAR/Parceiros	Cursos	26.000	47.000	54.000
4	Manutenção geral	Telecentros	Mat.didático e de consumo/acessórios	15.000	82.000	126.000
55	Divulgação e participação em eventos	SAR/Tepea	Publicidade/Desbancamentos/inscrições	12.000	46.000	56.000
TOTAL				68.000	434.000	609.000

14

JUSTIFICATIVA
POLÍTICA

Existem muitos argumentos que justificam o desenvolvimento deste projeto, seja na área social e econômica, seja em infra-estrutura e outras.

De qualquer forma, é convicção comum que o próprio plano de governo possui muitas ações que podem ser contempladas com a implementação deste projeto, conforme citações abaixo:

“Oferecer novas alternativas para o jovem agricultor e pescador, com a implantação de programas que propiciem a sua formação e qualificação.”

“Garantir a qualificação permanente da mão-de-obra no processo de formação de uma nova geração de agricultores, valorizando e fortalecendo as relações econômicas e sociais do espaço rural, dando condições à capacitação dos jovens rurais para gerenciar eficientemente o próprio negócio.” (Meta Governamental - Desenvolvimento Econômico)

“Desenvolver projetos especiais por meio de programas e ações participativas, com envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas, objetivando melhorar as perspectivas de inclusão social.” (Meta Governamental - Bem-Estar Social)

“*Garantir a universalização da educação.*” (Meta Governamental – Secretaria da Educação e Inovação)

“Prover as pequenas cidades de equipamentos sociais de saúde, de educação e de lazer, de forma a evitar o êxodo para as cidades de maior porte.” (Meta Governamental – Desenvolvimento Urbano)

“Programar investimentos em infra-estrutura básica do meio rural nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, energia elétrica, comunicação, esporte e lazer com o objetivo de incentivar a permanência do homem no campo, através da melhoria da qualidade de vida nas comunidades rurais.” (Meta Governamental – Desenvolvimento Rural e Pesqueiro).

15

ORGANIZAÇÃO E SU-
PORTE DE AÇÕES DAS
INSTITUIÇÕES DO PO-
DER ESTATAL ESTADUAL

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E
POLÍTICA RURAL (SAR)

1. Implementação do Programa Beija-Flor.
2. Gestão geral do projeto (presidir o conselho gestor estadual).
3. Aporte de recursos financeiros para:
 - 3.1 formalizar convênios ou parcerias;
 - 3.2 divulgar institucionalmente o projeto;

- 3.3 aquisição emergencial de equipamentos para os telecentros.
4. Disponibilizar infra-estrutura estadual, própria ou das empresas vinculadas, para o desenvolvimento das ações do projeto.
5. Buscar novos parceiros e recursos para o projeto.
6. Acompanhar e desenvolver ações do projeto.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

1. Disponibilizar assistente pedagógico local para atuar no projeto, seja acompanhando as ações, seja participando dos processos de capacitação, própria e dos monitores.
2. Ceder espaço nas escolas estaduais selecionadas para sediar as unidades do projeto, posto que tais espaços terão funcionamento determinado pelas demandas da comunidade.
3. Disponibilizar professores escolares e técnicos da área de tecnologia para atuarem no projeto, sobretudo nos processos de capacitação.
4. Contratar como estagiários ou bolsistas os alunos voluntários que vierem a atuar como monitores ou multiplicadores nas unidades dos telecentros.

5. Acompanhar e desenvolver ações para o projeto.
6. Participar do conselho gestor, estadual e local/regional.
7. Reconhecer tecnicamente os certificados emitidos por cada capacitação aos usuários dos telecentros.

SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. Disponibilizar técnicos de todas as áreas (educação, saúde, agricultura, etc) para atuar no projeto, sendo que esses não terão atuação em tempo integral no projeto.
2. Disponibilizar recursos para aquisição de suprimentos, de consumo emergencial, para manter as unidades do projeto que estarão sediadas em sua área de abrangência.
3. Ampliar parcerias locais e regionais para o desenvolvimento do projeto.
4. Acompanhar e desenvolver as ações para o projeto.
5. Contratar bolsistas ou estagiários para atuarem como monitores ou multiplicadores nas unidades dos telecentros.
6. Disponibilizar técnicos de informática para atuar no projeto, seja prestando manutenção emergencial seja participando no projeto como monitores ou capacitadores.

7. Participar do conselho gestor local/regional.

EPAGRI

1. Disponibilizar técnicos para atuar no projeto.
2. Ministrando cursos de capacitação quando necessário.
3. Disponibilizar softwares de aplicação para o meio rural, desenvolvidos pela instituição, e distribuídos gratuitamente para o projeto.
4. Disponibilizar logística local, regional e estadual.
5. Acompanhar e desenvolver ações para o projeto em âmbito estadual e local/regional.
6. Participar do conselho gestor estadual, local/regional.
7. Reproduzir material didático.

INSTITUTO CEPA/SC

1. Assessorar na implantação da rede de computadores e definições referentes à tecnologia (equipamentos e softwares).
2. Gerar informações de utilidade para os agricultores e disponibilizar essas informações na Internet.
3. Em conjunto com as demais instituições parceiras, realizar avaliações do resultado deste projeto em três momentos:

- 3.1 ex-ante - antes do treinamento, objetivando ter um perfil socioeconômico dos usuários e da comunidade onde está sediado o telecentro;
- 3.2 ao término do treinamento - avaliando o aproveitamento do conteúdo, refletido na quantidade de produtos gerados;
- 3.3 após um período de 1 ano - através de seminário, envolvendo todas as instituições que fazem parte do projeto e as comunidades rurais, o desempenho da unidade do projeto e as experiências institucionais e individuais após o ingresso no projeto;
- 3.4 criar o portal para a Internet, Portal Beija-Flor, a ser inserido no site da Secretaria da Agricultura e Política Rural, contendo, dentre outras informações, as seguintes:
 - 3.4.1 informações sobre o projeto;
 - 3.4.2 acompanhamento das ações de implementação do projeto;
 - 3.4.3 calendário de cursos e eventos;
 - 3.4.4 novas informações e softwares para uso nas propriedades;
 - 3.4.5 sistema de conversação on line entre os usuários do projeto;
 - 3.4.6 fazer manutenção de todos os micro-

comutadores doados para o projeto;

3.4.7 acompanhar e desenvolver ações para o projeto.

4. Responsabilizar-se pela gestão técnico-operacional do projeto.

5. Participar do conselho gestão estadual, local/regional.

16

ORGANIZAÇÃO E SU-
PORTE DE AÇÕES DAS
DEMAIS INSTITUIÇÕES
PARCEIRAS

Associações de Pais e Professores - APPs

1. Receber, em termo de sessão e uso, os equipamentos destinados ao projeto.
2. Responsabilizar-se pela boa conservação e o bom uso desses equipamentos.
3. Acompanhar as ações do projeto.
4. Participar do conselho gestor local/regional do projeto.

5. Disponibilizar recursos financeiros para adquirir suprimentos de consumo emergencial para atender às atividades, sempre que necessário.
6. Proporcionar condições para que o espaço destinado ao projeto seja de livre acesso ao público.
7. Ajudar no processo de administração do cronograma de cursos e no uso do telecentro pela comunidade.

Associação das Casas Familiares Rurais

1. Receber, em termo de sessão e uso, os equipamentos destinados ao projeto.
2. Responsabilizar-se pela boa conservação e o bom uso desses equipamentos.
3. Acompanhar as ações do projeto.
4. Participar do conselho gestor local/regional do projeto.
5. Disponibilizar recursos financeiros para aquisição de suprimentos para atender às atividades, sempre que necessário, desde que não seja de grande monta.
6. Proporcionar condições para que o espaço destinado ao projeto seja de livre acesso ao público.
7. Ajudar no processo de administração do cronograma de cursos e no uso do espaço pela comunidade.

Comitê para a Democratização da Informática (CDI)

1. Capacitar os assistentes pedagógicos, os coordenadores e monitores que vierem a atuar no processo de capacitação dos usuários nos telecentros.
2. Disponibilizar gratuitamente licenças de software a serem utilizados exclusivamente no projeto.
3. Participar do conselho gestor do projeto.
4. Acompanhar e desenvolver as ações do projeto.

Banco do Brasil

1. Disponibilizar recursos financeiros para o projeto, sobretudo nos processos de capacitação.
2. Doar equipamentos, microcomputadores, servidores de redes e outros equipamentos a serem utilizados exclusivamente no projeto.
3. Participar do conselho gestor estadual, local/regional do projeto.
4. Acompanhar e desenvolver ações para o projeto.

Prefeituras Municipais

1. Disponibilizar espaços para sediar o projeto. O local deverá ser de livre acesso ao público, ser seguro, ter, enfim, condições mínimas para uso contínuo de pessoas.
- 2) Disponibilizar recursos financeiros destinados à aquisição de suprimentos de consumo emergencial para manter as atividades do telecentro em funcionamento.
- 3) Participar do conselho gestor local/regional.
- 4) Acompanhar e desenvolver ações para o projeto.

17

OUTRAS INSTITUIÇÕES

1. As atribuições de todas as instituições envolvidas no projeto serão detalhadas nos instrumentos legais que formalizarão as parcerias.
2. O projeto encontra-se aberto a parcerias, sejam instituições do poder público, de qualquer nível de administração, sejam empresas privadas ou instituições terceiro setor.

17.1 Entidades envolvidas e/ou atingidas na execução do projeto

- Secretaria da Agricultura e Política Rural
- Secretaria da Educação e Inovação
- Secretarias de Desenvolvimento Regional
- Instituto Cepa/SC
- Epagri
- Cidasc
- Prefeituras municipais
- Banco do Brasil
- Comitê de Democratização da Informática
- Funcitec
- Ciasc
- Senac/SC

18 CONSELHO GESTOR

O Projeto Beija-Flor prevê a instalação de conselhos gestores regionais e um conselho gestor estadual.

Terão participação no conselho gestor todas as instituições que compõem as parcerias e a sociedade civil.

O conselho gestor será regido por normas próprias estabelecidas em estatuto. Nesse documento, serão detalhadas todas as relações e atribuições dos membros e entre eles.

Há que se ressaltar, que os telecentros, ou centros de inclusão digital terão regimento interno aprovado pelos conselhos gestores regional/estadual.

19

INFORMAÇÕES SOBRE O
PROJETO E DEMAIS
AÇÕES DA SAR

Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural,
Secretaria de Desenvolvimento Regional, Epagri,
Cidasc, Instituto Cepa, Ceasa, prefeituras e entidades
representativas dos produtores rurais.

19.1 Equipe de Coordenação

Renato Broetto/Gestor de Articulação Institucional -
Secretário Adjunto da SAR

Fone: 48 2394000 -

Email:rbroetto@agricultura.sc.gov.br

Antonio Marcos Feliciano - Gestor Técnico-
Operacional - Sociólogo – Instituto Cepa/SC -

Fone: (48) 239.3900 - Email:antonio@icepa.com.br

Por se tratar de um projeto de natureza estritamente social, o Projeto Beija-Flor atuará sobretudo com a figura do voluntariado, de preferência com pessoas da comunidade.

20

CONSIDERAÇÕES
FINAIS

A continuidade das atividades tem relevante participação dos conteúdos e atividades desenvolvidas através da internet, já que essa é uma ferramenta de tecnologia de informação que melhor dinamiza o acesso e distribuição de informações na atualidade, portanto imprescindível num projeto dessa natureza.

A divulgação das ações será de responsabilidade da Secretaria da Agricultura e Política Rural, que terá íntima relação com o conselho gestor estadual e o local/regional.

Por fim, o que esperam todos os envolvidos no projeto é que se consiga inserir o máximo possível de cidadãos no mundo do conhecimento e que tais ações possam gerar bem-estar individual e coletivo.

21

LITERATURA
CONSULTADA

BORCHARDT, Ilmar; FELICIANO, Antonio M.; SILVA, Cesar Augusto F. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome.** Florianópolis: SDS/Instituto Cepa/SC, 2003. 215p.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2003.** Rio de Janeiro : IBGE, 2004.

IBGE. **Tabulação avançada do censo demográfico 2000: resultados preliminares da amostra.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

Mapa da Exclusão digital/coordenação Marcelo Côrtes Néri. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

RENATO, Cruz. **O que as empresas podem fazer pela Inclusão Digital.** São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital: a miséria na era da informação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.